

Discurso de Posse do *Des. Sebastião Ribeiro Martins* como Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, no dia 07 de janeiro de 2019.

Minhas Senhoras e meus Senhores!

Assumo hoje, com alegria e justificada emoção, **a presidência do Tribunal de Justiça do Piauí**, o mais alto cargo do Poder Judiciário Estadual.

Agradeço a Deus por este momento!

É um dia muito especial para mim, porque simboliza o coroamento da minha carreira profissional e também um motivo de realização pessoal.

Esta solenidade significa, ainda, o reconhecimento, solene e oficial, deste Tribunal, do meu trabalho e da minha trajetória honrada e vitoriosa como Juiz há mais de 35 anos.

Mas hoje também é um dia de reflexão e de expectativas sobre a gestão que ora se inicia, sobre como enfrentar os novos desafios **e como superar os eventuais obstáculos.**

Tais questionamentos são pertinentes. **Será uma experiência nova e enriquecedora**, que nos impõe muito trabalho, serenidade e dedicação a esta nova função.

Penso até de não estar à altura desse elevado cargo e de não corresponder à expectativa daqueles que confiaram em mim, muito embora tenha me preparado para chegar à Presidência deste Tribunal.

Na verdade, já sinto o peso e a responsabilidade de ser Presidente do Tribunal de Justiça do meu Estado, **sobretudo após a excelente gestão do eminente Des. Erivan Lima.**

Assim como existe a *Síndrome do Peter Pan*, que se refere aqueles que se recusam a crescer e a se tornar adultos, há o caso oposto, **onde as pessoas assumem mais responsabilidades que as devidas** e acreditam que, sem a sua proteção sobre terceiros, estes não são bem protegidos.

Nesse contexto sócio psicológico, **não me parecem exageradas tais revelações pessoais.**

Além disso, estamos vivendo um período de grave crise econômica em nosso País, **com reflexos negativos na gestão pública**, que implica em severas restrições orçamentárias e inevitáveis cortes de gastos públicos.

Mas, por outro lado, o que me anima, é a certeza de que terei o apoio deste Tribunal de Justiça, dos Juízes de Direito, dos servidores, dos Sindicatos das categorias, das associações de classe, da OAB-PI, da Defensoria Pública, do Ministério Público, da Polícia Judiciária e, também, do **Senhor**

Governador do Estado, Wellington Dias, com quem já começamos a conversar e a estreitar os laços institucionais entre os Poderes.

Temos que ser otimistas, bastante otimistas, como Vossa Excelência, Senhor Governador, **acreditando sempre no potencial rico e promissor de nosso Estado**, com mais prosperidade e mais crescimento econômico e social

Foi com essa motivação e com essa esperança, que aceitei a convocação dos meus pares para ser Presidente deste Tribunal, **abdicando do meu mandato no Tribunal Regional Eleitoral**, após o processo eleitoral de 2018, onde tive a honra de presidir as últimas eleições, na **qualidade de Presidente em exercício daquela Corte**.

O que me conforta também, além do apoio institucional do Governador do Estado e do **Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí**, Deputado Themístocles de Sampaio Pereira Filho, é a **íntima revelação de fé**, no sentido de que estou apenas cumprindo mais uma missão na minha carreira profissional, **com a generosa proteção de DEUS**, a nos guiar sempre pelo caminho do bem, da honestidade, do trabalho e da paz.

Tenho consciência da independência entre os Poderes, **e disso não posso dispor**, mas o diálogo e a harmonia

também são requisitos constitucionais indispensáveis à **boa convivência das instituições democráticas.**

Cumprirei minha missão buscando sempre o **fortalecimento e a independência do Poder Judiciário do Piauí.**

Agradeço a todos os desembargadores que nos delegaram esta honrosa função, na pessoa do nosso jovem e dinâmico **Presidente ERIVAN LIMA**, que surpreendeu a todos nós **com uma das gestões mais arrojadas e realizadoras da história do Poder Judiciário do Piauí.**

Serei um Presidente **fiel e atento às deliberações da Corte e do Conselho Nacional de Justiça**, respeitando sempre a independência e autonomia funcional dos magistrados, seja desembargador ou juiz, sem qualquer interferência nas suas decisões judiciais, **limitando-me a atuar estritamente na esfera administrativa do Poder Judiciário.**

Sinto-me, também, muito confiante e mais seguro porque teremos a orientação e o exemplo de 06 (seis) ex Presidentes com assento ainda nesta Corte, como os **Desembargadores Brandão de Carvalho, Raimundo Nonato Alencar, Edvaldo Pereira de Moura, Eulália Maria Pinheiro, Raimundo Eufrásio Alves Filho e Erivan Lima.**

A gestão que ora se inicia contará ainda com a marca da honradez e da sensibilidade do Vice Presidente, **Des.**

Haroldo Oliveira Rehem, que terá novas atribuições e competências; o **Des. Hilo de Almeida Sousa**, como novo Corregedor, um homem extremamente afável, sempre afeito ao diálogo e à temperança; e, como Vice Corregedor, o **Des. Oton Mário Lustosa Torres**, uma das inteligências mais privilegiadas deste Tribunal e meu particular amigo, que vai cuidar da fiscalização das serventias extrajudiciais, cujo concurso público para Tabelião **já se arrasta há mais de 05 anos**, em razão da judicialização desse certame, mas que em breve será homologado.

Vamos administrar juntos este Tribunal.

Esta nova Diretoria se compromete a dar continuidade ao trabalho exitoso da atual gestão, do nosso grande Presidente **Des. Erivan Lima**, e do Corregedor, **Des. Ricardo Gentil**, inclusive o **Plano de Obras da Presidência**, com a conclusão dos novos Fóruns, **especialmente o Novo Palácio da Justiça do Piauí**, que está sendo erguido no bairro São Raimundo, nesta Capital, um prédio moderno e arrojado, majestoso e belo, **que representará um novo símbolo arquitetônico do Poder Judiciário do Estado do Piauí.**

Mas temos que continuar avançando, **Des. Erivan Lima**, porque as obras físicas e estruturantes, de fato, são relevantes, mas a **atividade fim do Judiciário é a**

jurisdição, ou seja, é a resolução dos conflitos para a restauração da paz social.

Determinei à minha equipe de transição, **liderada pelo juiz João Gabriel Baptista**, que o foco principal desta gestão é **o aumento da produtividade dos juízes e servidores.**

Sabemos que o principal entrave da Justiça brasileira **ainda é a morosidade**, provocada pela grande demanda de litígios nos tribunais, **cujos números já superam a marca dos 100 milhões de processos**, fato bastante negativo, que frustra a expectativa, o sonho e a esperança do cidadão, o qual tem o direito fundamental a uma Justiça rápida e eficiente, que infelizmente não chega ou chega tardiamente.

O aumento da produtividade, portanto, será a nossa principal meta, porque o Tribunal de Justiça do Piauí, apesar do crescimento, **ainda está muito aquém da média nacional de produtividade**, aferida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, **tanto no primeiro quanto no segundo grau de jurisdição.**

Para atingir tal objetivo, vamos ampliar e incentivar a **prática da conciliação e da mediação**, como instrumentos relevantes de pacificação social na resolução dos conflitos, desafogando os Tribunais e **incentivando sempre a cultura da paz e da fraternidade.**

Daí a importância dos **Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC**, criados em 2010 pelo CNJ, e recepcionados pelo Novo Código de Processo Civil, que impulsionaram a adoção desses métodos modernos de resolução de conflitos, **inclusive a arbitragem**, para que se possa dar efetividade à **Emenda Constitucional nº 45**, que assegura ao cidadão brasileiro o direito fundamental de acesso à Justiça e a razoável duração do processo.

A Ouvidoria do Tribunal, um canal de comunicação direta com o cidadão, **será coordenada agora pelo eminente Desembargador José Ribamar Oliveira**.

Na atividade meio, vamos instalar o **Processo Judicial Eletrônico – PJe em todas as unidades jurisdicionais do Estado**, inclusive nas Varas Criminais, **eliminando, por completo, o uso do papel na Justiça do Piauí**, tornando a tramitação dos processos mais rápida e mais segura, da mesma forma como foi implementado, com sucesso, na parte administrativa, o **Sistema Eletrônico de Informações – SEI**, uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos desenvolvida pelo **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**, que tem como escopo promover a eficiência administrativa em todo o Brasil.

Para tanto, **vamos valorizar e fortalecer a Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal**, que

dispõe de excelentes quadros técnicos, para incrementar novas ferramentas tecnológicas, como a computação cognitiva, **inteligência artificial, Big Data e BI**, que representam hoje grandes avanços na automação dos processos judiciais.

E, por falar em **tecnologias para a Justiça do Futuro**, devemos destacar que a Justiça Federal está implementando os **Centros de Inteligência do Poder Judiciário** para alcançar mais efetividade e eficiência no sistema de justiça, assegurando os direitos humanos; promover uma sociedade pacífica e inclusiva e, ao mesmo tempo, garantir a própria sustentabilidade institucional do Poder Judiciário.

Esse projeto inovador da Justiça Federal, **Senhores Desembargadores Federais Kássio Nunes Marques e Carlos Augusto Pires Brandão**, aqui presentes, tem contribuído para a prevenção do conflito, o monitoramento de demandas e a gestão de precedentes, além da criação dos laboratórios de inovação, **que guardam sintonia com as Metas do Poder Judiciário**, que devem estar integradas agora com os indicadores da **ODS Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, agenda que é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, **em busca do fortalecimento da paz com maior liberdade**.

A nossa gestão, **alinhando-se também à Meta nº 08 do CNJ**, vai **fortalecer** a rede de proteção e enfrentamento

à violência familiar e doméstica contra as mulheres, inclusive com o julgamento prioritário dos casos de feminicídio no Piauí, **cujo Coordenador será o Desembargador José James Gomes Pereira.**

Os casos de violência doméstica contra a mulher, nos últimos anos, **foram alarmantes**, incluindo-se aqui os crimes de feminicídios, porque ainda vivemos numa **sociedade culturalmente machista e patriarcal**, onde a figura do homem sempre foi o centro da família e da própria comunidade, **especialmente aqui no Estado do Piauí.**

Vamos buscar sempre a melhoria dos serviços judiciários e administrativos do Poder Judiciário, com a valorização e capacitação dos servidores e magistrados através da **Escola Judiciária do Piauí – EJUD**, dirigida pelo **Des. Fernando Lopes da Silva Neto**, em parceria também com a **Escola Superior da Magistratura do Piauí – ESMEPI**, sob a entusiasmada direção do **Des. Edvaldo Pereira de Moura.**

Deveremos também, neste mandato, **editar a Nova Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí e o Novo Regimento Interno do Tribunal**; para tanto, vamos ouvir as sugestões das entidades de classe e dos eminentes desembargadores, especialmente o **Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho**, um dos mais cultos juristas do Piauí, com doutorado na USP, e um especialista nesta matéria.

Já escolhemos os novos Secretários e os principais assessores, **além de 03 Juízes Auxiliares da Presidência**, uma excelente equipe técnica, mas quem de fato julga e pacifica os conflitos dos jurisdicionados, Senhores, **são os juízes e desembargadores**, com o apoio efetivo dos servidores e Oficiais de Justiça, estes conhecidos como o *longa manus* do juiz, aqueles **que concretizam** as decisões emanadas de todas as autoridades judiciais, **expondo, às vezes, a sua própria vida.**

O Poder Judiciário do Piauí será representado em cada Vara, em cada Comarca, em cada unidade judiciária, em cada Câmara, **pelo respectivo Juiz ou Desembargador**, pois cada um é o chefe e o gestor de sua própria unidade e o único responsável por suas decisões judiciais, com total independência e plena autonomia funcional, **simbolizando efetiva e concretamente a própria Justiça.**

Quero dizer, portanto, **que quem representa o Poder Judiciário não é apenas o seu Presidente**, pois quando um juiz ou um desembargador profere uma decisão monocrática ou colegiada, **ele o faz em nome da Justiça** e a repercussão social dessa decisão, justa ou injusta, correta ou equivocada, **recai sempre na própria instituição.**

Daí a cautela e o zelo **que devemos ter no exercício da jurisdição.**

Todos sabemos que o Poder Judiciário brasileiro **deve passar por grandes transformações e reformas neste século.**

Estamos vivendo, agora, a era da pós-modernidade, ou da *modernidade líquida*, expressão utilizada pelo sociólogo polonês **BAUMAN**, para definir esse momento histórico em que as instituições, as idéias e as relações estabelecidas entre as pessoas **se transformam de maneira muito rápida e imprevisível.**

Antes da revolução tecnológica, era possível planejar e criar metas a longo prazo. Hoje, **é preciso ser rápido, planejar a curto prazo**, o que torna tudo muito inseguro e passível de mudanças.

Nesse contexto, vamos nos preparar para as constantes transformações do mundo, para a melhoria contínua do Poder Judiciário **e para a concretização de nossos próprios sonhos**, buscando sempre uma sociedade **livre, mais justa, mais fraterna e mais solidária.**

Agradeço, finalmente, a presença de todos, dos meus parentes e amigos, **da minha mãe Creusa Ribeiro Martins**, de todos os meus irmãos, inclusive aqueles que vieram de longe, dos servidores, da imprensa, da participação do nosso cantor e **comediante João Cláudio Moreno**, dos convidados e das autoridades, **minha querida esposa Solange**, de meus

filhos Paulo Solano, Cláudia Laíse e Morgana Maria e, de modo especial, de minhas duas queridas netas **MARIA e LUÍSA**, que compartilharam conosco, nesta manhã alegre e festiva, deste momento significativo de minha vida profissional.

Muito obrigado!